**MODELO DE PETIÇÃO**

**PROCESSO CIVIL. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA APÓCRIFA. NULIDADE. ART. 205 DO CPC. EMBARGOS DECLARATÓRIOS**

**Rénan Kfuri Lopes**

Exmo. Sr. Juiz de Direito da ... Vara Cível da Comarca de ...

Execução de sentença nos autos n. ...

(nome), por seu advogado *in fine* assinado, nos autos epigrafados que contende com ..., vem, respeitosamente, aviar os presentes embargos de declaração com efeito infringente -- erro material (CPC, art. 1.022)[[1]](#footnote-1) contra a r. decisão interlocutória de fls. ..., pelas razões de direito adiante articuladas:

I- NULIDADE DA DECISÃO AGRAVADA

DECISÃO AGRAVADA APÓCRIFA

DESCUMPRIMENTO DA REGRA IMPERATIVA DO ART. 205 DO CPC

1. *Data venia*, em virtude de flagrante erro material, suscetível o manejo dos embargos de declaração com feição infringente para corrigir a decisão embargada.

2. Na espécie, a r. decisão interlocutória de fls. ... na qual o douto Magistrado "*teria*", em tese, determinado a realização de hasta pública do bem penhorado encontra-se apócrifa.

3. É preceito cogente que as decisões judiciais serão redigidas, datadas e assinadas pelo juiz ou eletronicamente se assim for previsto regimentalmente, *ex-vi* art. 205 do CPC:

"*Art. 205.Os despachos, as decisões, as sentenças e os acórdãos serão redigidos, datados e assinados pelos juízes.*

*§ 1o Quando os pronunciamentos previstos no caput forem proferidos oralmente, o servidor os documentará, submetendo-os aos juízes para revisão e assinatura.*

*§ 2o A assinatura dos juízes, em todos os graus de jurisdição, pode ser feita eletronicamente, na forma da lei.*

*§ 3o Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico.*"

4. Todavia, verifica-se que a decisão interlocutória de fls. ...malfere a disposição legal retro.

5. Assim, em primeira premissa haverão de ser ACOLHIDOS E PROVIDOS os presentes embargos declaratórios, impingindo-lhes efeitos infringentes para decretar a nulidade da r. decisão agravada de fls. ...

II- OMISSÃO DA DECISÃO AGRAVADA

6. *Rogata venia*, a r. decisão embargada de fls. ... foi omissa ao deixar de examinar questão por demais relevante no que se refere à impossibilidade de pracear o imóvel penhorado diante da indisponibilidade decretada pelo colendo Tribunal de Justiça de ...[acórdão de fls. ...] soerguida na petição protocolizada pelo ora embargante às fls. ... e documentos que a instruem de fls. ...

7. Portanto, sem quebra de reverência, o douto Magistrado haverá de suprir a omissão apontada, apreciando e decidindo o pedido formulado às fls. ...

III- PEDIDOS

8. ***Ex positis***, a ...embargante, requer sejam CONHECIDOS E ACOLHIDOS OS PRESENTES EMBARGOS DECLARATÓRIOS para:

a) em primeira premissa, diante do inarredável erro material, malferindo a *ius cogens* do art. 205, *capu t*e §1º do CPC, impingindo-lhes efeitos modificativos para decretar a nulidade da r. decisão agravada de fls. ...

b) cumuladamente, em segunda proposição, suprindo omissão, seja apreciado e decidido o pleito de suspensão da presente execução em cumprimento ao v. acórdão do TJ...

P. Deferimento.

(Local e Data)

(Assinatura e OAB do Advogado)

1. **Art. 1.022.**  Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para: **I -** esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; **II -** suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento;**III** - corrigir erro material. [↑](#footnote-ref-1)